

GUIA DE ESTUDOS

SoCHUM



PEMUN
Pernambuco Model United Nations

Diagramação
Capa

Diogo Feliciano
Herbertt Cabral

Copyright © 2018 by Pernambuco Model United Nations



PEMUN
Pernambuco Model United Nations

Encontre-nos em: www.fernambucocomun.com.br

SUMÁRIO – GUIA ANEXO

1. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO AFRICANO	5
ÁFRICA DO SUL	5
EGITO	6
LÍBIA	7
2. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO ASIÁTICO	9
AFEGANISTÃO	9
CHINA	10
ÍNDIA	12
INDONÉSIA	14
PAQUISTÃO	16
3. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO EURASIÁTICO	17
TURQUIA	17
RÚSSIA	18
4. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO EUROPEU	20
ALEMANHA	20
ESPAÑA	21
FRANÇA	22
PORTUGAL	23
REINO UNIDO	24

5. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO SUL-AMERICANO	25
ARGENTINA	25
BOLÍVIA	27
BRASIL	28
COLÔMBIA	29
PARAGUAI	30
VENEZUELA	31
6. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO NORTE AMERICANO	32
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	32
MÉXICO	34

1. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO AFRICANO

ÁFRICA DO SUL

A África do Sul tem um histórico positivo de suporte aos Direitos da Criança. De acordo com a OIT¹, o país ratificou convenções internacionais no trato de proteção ao trabalho infantil, como a Convenção sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego (n.138) em 2000; a Convenção sobre As Piores Formas de Trabalho Infantil (n.182) em 2000, e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC-UN) em 1995. Seguindo os moldes dos referidos documentos, a África do Sul desenvolveu um robusto quadro legal nacional voltado para a regulamentação do trabalho infantil, instituindo, dentre outros, uma idade mínima para trabalhar (15 anos), e para lidar com trabalhos "perigosos" (18 anos).

É notável o esforço sul-africano para prevenir, reduzir e, em última instância, erradicar o trabalho infantil no país. Nessa iniciativa, o departamento de trabalho criou o "Programa de Ação contra o Trabalho Infantil"², cujo objetivo é incentivar e guiar

¹ ILO. *South Africa Child Labour Data Country Brief. International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC)*: Geneva, 2008.

² *Child Labour Program Action*.

departamentos governamentais, grupos da sociedade civil e outras organizações em ações de proteção da criança.

Alguns dos índices mais relevantes para a análise da situação do trabalho infantil na África do Sul foram compilados pelo *Survey of Activities of Young People*, em seu terceiro estudo realizado em 2015. De acordo com o SAYP, 98,4% de 11,2 milhões de crianças entre 7-17 anos, frequentam escolas no país. Verificou-se, também, o envolvimento de 2,4 milhões de crianças em atividade econômica, sendo 577.000, 5,2% das crianças, envolvidas em trabalho infantil. De acordo com a agência, crianças entre 16-17 anos se encontram em posição mais vulneráveis ao trabalho infantil, bem como crianças negras.

EGITO

No Egito, verifica-se uma política alinhada com os ditames internacionais de boa prática no que concerne ao trabalho infantil e a proteção da criança. Segundo dados da OIT, o país ratificou, dentre outras, a Convenção sobre As Piores Formas de Trabalho Infantil (n. 182) em 2002, a Convenção sobre a Idade Mínima para Exercer Trabalho (n. 138) em 1999, e a Convenção sobre Trabalho Forçado (n. 29) em 1955.

Apesar de uma postura política e legal positiva, na prática, dados do Departamento de Trabalho Internacional dos EUA informam que, embora o governo do Egito tenha se empenhado para mudar a situação, criando programas inclusivos, visando expandir o acesso à educação para 36 mil crianças, as condições de trabalho infantil no país são alarmantes. Estudos do referido departamento apontam para um índice de frequência escolar de 88% das crianças entre 6 e 14 anos. De acordo com a OIT, em um estudo de 2010, 9,8% das crianças são vítimas de trabalho infantil, isto é, 1.58 milhões de crianças no Egito encontram-se em graves condições de trabalho. Dentre as formas mais preocupantes de trabalho, observa-se o trabalho doméstico, oriundo do tráfico humano, a exploração sexual e trabalho forçado, sendo esse último mais presente em áreas rurais do país.

LÍBIA

Embora tenha ratificado as convenções internacionais mais relevantes no trato de trabalho infantil e proteção da criança, a Convenção de Trabalho Forçado (n. 29) e a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, a Líbia demonstra descuido no tocante às informações para corroborar que, de fato, segue as instruções dos documentos internacionais em prol do melhor

interesse da criança. A OIT não conta com nenhum documento estatístico ou pesquisa oficial do governo a respeito da condição da criança na Líbia.

De acordo com outros organismos internacionais, contudo, verifica-se a vulnerabilidade da criança diante da instabilidade, acompanhada de uma crise humanitária sem precedentes, que se instalou no país nos últimos anos. Naturalmente, em um país submergido em conflitos, a situação da criança na Líbia configura-se como preocupante. Segundo a UNICEF, além de suscetível ao trabalho infantil, especialmente no que se refere ao recrutamento das chamadas crianças-soldado, as crianças são constantemente expostas a condições de risco e outros tipos de violência, sendo relevante atentar para o fato de que, em uma zona de conflito, tem-se um contato constante com armamentos diversos, como, por exemplo, minas e explosivos. Ademais, como um país de passagem para a Europa, observa-se, tipicamente, trânsito constante de tráfico humano na Líbia, incluindo adultos e crianças, mais notavelmente meninas, vítimas de trabalho forçado e exploração sexual. O governo do país, entretanto, não tomou nenhuma providência para combater tal violação aos Direitos Humanos.

2. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO ASIÁTICO

AFEGANISTÃO

O país ainda sofre com os efeitos da Guerra do Afeganistão, que durou 23 anos e trouxe consequências sociais e econômicas. Em 1997, período entre a Primeira e a Segunda Guerra do Afeganistão, a OIT calculou que 25% das crianças afegãs entre 10 e 14 anos eram economicamente ativas. Mais recentemente, dados de 2009 da UNICEF indicam que 30% das crianças afegãs entre 5 e 14 anos estão empregadas.

A lei nacional do país (2011) permitia que crianças trabalhassem até 35 horas por semana a partir dos 14 anos em trabalhos não perigosos, entretanto, na maioria dos casos, as crianças são as únicas fontes de sustentação da família, fazendo com que as leis não sejam respeitadas.

Foi publicada pelo governo afegão, em 2014, uma lista de 19 profissões perigosas e proibidas para crianças, mas segundo a Organização Internacional sobre os Direitos Humanos, o governo falhou em fiscalizar o cumprimento da lei que ele mesmo criou.

Em 2016, o Observatório dos Direitos Humanos apresentou um relatório denunciando a condição de dezenas de

milhares de crianças trabalhando, sendo a maioria em indústria dos tapetes, olarias e metalurgias. Além de executarem tarefas perigosas e da má aplicação das regras de segurança e saúde, há ainda o agravante de que muitas crianças deixam de frequentar a escola para trabalhar. Segundo esse mesmo relatório, apenas 50% das crianças envolvidas no trabalho infantil vai à escola.

A UNICEF trabalha atualmente reintegrando crianças que saíram da escola, utilizando a educação como forma de evitar o trabalho infantil. Além disso, o órgão também atua com o intuito de prevenir que as famílias tenham que mandar seus filhos para trabalhar.

CHINA

Por lei, o trabalho de menores de 16 anos é proibido na China, mas há uma exceção na lei que diz que crianças podem estar empregadas sob circunstâncias especiais como em esportes, artes ou se essa “ocupação educacional” não afetar sua saúde e segurança pessoal. Essa brecha legislativa é o suficiente para que haja violação.

O próprio governo encoraja programas do tipo “Trabalhar e Estudar”, regulados pelo Ministério da Educação, onde escolas localizadas nas regiões mais pobres do país são incentivadas a

encontrar atividades geradoras de riquezas para fazer frente aos problemas orçamentais, uma vez que essas escolas não podem funcionar sem uma taxa de matrícula. Logo, o Ministério da Educação alega que esse programa foi designado para gerar receita que ajude as escolas a se manter e para subsidiar crianças de famílias pobres que não podem arcar com as taxas escolares.

Segundo as regras do programa, são proibidos trabalhos perigosos e estressantes e a educação deve vir em primeiro lugar, mas as regras falham em definir claramente qual tipo de trabalho é aceitável, qual a intensidade e qual o tempo total de duração dessa categoria especial de trabalho. Logo, essa regulação vaga e a falta de supervisão contribuíram para que esse programa seja usado de maneira abusiva pelas escolas e pelos empregadores e o resultado são crianças de 12 anos empregadas em trabalho agrícola pesado e trabalhos perigosos em construções. Outras são mandadas para fabricas locais por semanas como um “trabalho de verão”, onde elas trabalham integralmente e as horas de ensino se reduzem a poucas horas por semana.

Estatísticas oficiais do Ministério da Educação da China informam que mais de 400.000 escolas, com alunos entre 12 e 16 anos, têm programas agrícolas ou de manufatura. Em junho e julho de 2007 crianças foram encontradas em fábricas

trabalhando de 8 a 14 horas por dia ganhando 2,4 ienes por hora (US\$ 0,30).

A censura da mídia é um dos fatores que contribuem para o problema, uma vez que as estatísticas sobre exploração do trabalho infantil na China estão classificadas como “segredo de estado”. Segundo Sophie Richardson, diretora de advocacia da Ásia no Observatório dos Direitos Humanos, “A China tem leis e obrigações internacionais que reconhecem que crianças não devem trabalhar, mas o governo permite menores de idade em trabalhos perigosos se a escola organizar. Isso realmente levanta dúvidas sobre o compromisso da China em eliminar o trabalho infantil”.

ÍNDIA

De acordo com a UNICEF (2016), há aproximadamente 10,2 milhões de crianças trabalhando no país, principalmente nas áreas urbanas onde há um grande fluxo migratório para trabalhar em pequenas indústrias ou no ramo da construção. Essa situação piorou com a emenda à Lei de Trabalho Infantil que pode legitimar o trabalho de menores no contexto familiar depois das atividades escolares ou durante as férias, apesar de ainda proibir crianças menores de 14 anos de trabalhar. Segundo a agência da

ONU, isso também legitimaria o trabalho em atividades que, apesar de familiares, são perigosas como empregos em campos de algodão, tecelagem, atividades com metal, etc.

Segundo o censo de 2011, a Índia tem a maior quantidade de crianças trabalhando do mundo e uma das causas para isso seria a pobreza crônica no país; como 23% da população vive com menos de US\$ 1,25 por dia, os pais enviam seus filhos para trabalhar na tentativa de ajudar a família. Entretanto, ao fazer isso, acabam perpetuando a situação por gerações, uma vez que mantendo as crianças fora da escola limitam suas chances de um futuro melhor e possibilidades de mobilidade social.

Algumas organizações não governamentais afirmam que, apesar de todas as tentativas de combater esse problema, o governo precisa tomar uma iniciativa quanto à situação socioeconômica das famílias, pois é essa situação que faz com que as famílias se vejam obrigadas a enviar seus filhos para trabalhar.

A Índia tem ainda 1,4 milhões de crianças entre 6 e 11 anos que não vão à escola, segundo um informe de 2015 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Euforates Gobina, chefe da UNICEF para educação, afirmou que “algumas formas de trabalho infantil

podem se tornar invisíveis e as crianças mais vulneráveis e marginalizadas podem acabar perdendo a frequência escolar, tendo níveis mais baixos de aprendizagem, bem como podem ser forçadas a abandonar a escola”.

INDONÉSIA

Juntamente com países como Taiwan, Camboja e Coreia do Sul, a Indonésia abriga fábricas de empresas multinacionais, que tendem a se instalar no sudeste da Ásia com o intuito de suprir suas necessidades de recursos humanos. Lá essas empresas encontram matérias primas em maior escala e com o custo mais baixo e mão de obra barata. Além do trabalho em fábricas de calçado, roupas e eletrônicos, milhares de crianças são empregadas nas plantações de tabaco em condições perigosas para a saúde, de acordo com um relatório intitulado *“The Harvest is in My Blood: Hazardous Child Labor in Tobacco Farming in Indonesia”*, de maio de 2016 apresentado pelo Observatório dos Direitos Humanos.

A lei nacional proíbe o trabalho a menores de 18 anos em indústrias perigosas, entretanto são inúmeros os casos relatados de crianças – muitas delas com apenas 8 anos – que foram intoxicadas depois de manusear folhas de tabaco ou pesticidas

sem proteção. No mesmo relatório, o ODH acusa que nenhuma das multinacionais de tabaco que operam na Indonésia tem uma política suficiente para garantir que as crianças estão protegidas. Logo, elas estão expostas à nicotina, químicos e ferramentas cortantes, além de terem que carregar muito peso.

Quanto ao impacto direto na educação, muitas crianças largam a escola antes dos 15 anos para trabalhar e ajudar a sustentar suas famílias. De acordo com algumas delas que foram entrevistadas para o relatório, suas famílias não podem arcar com as despesas de coloca-las na escola. Apesar do governo indonésio garantir educação pública gratuita, ainda há os custos com livros, uniformes e transporte. Além disso, aquelas crianças que têm a oportunidade de ir à escola declararam que é difícil combinar trabalho e estudo e alegaram cansaço, exaustão ou dificuldade em acompanhar as aulas.

O país já ratificou diversas convenções internacionais acerca do trabalho infantil, incluindo a Convenção da OIT de Piores Formas de Trabalho Infantil. No mais, a Indonésia possui leis e regulações no que diz respeito ao trabalho infantil e já implementou alguns programas sociais endereçados à proteção contra o trabalho infantil. Entretanto, brechas na estrutura legal e

regulatória e cumprimento inadequado das leis ainda deixam crianças vulneráveis.

PAQUISTÃO

Com um histórico de catástrofes naturais como o terremoto em 2005 e as cheias em 2010, o Paquistão sofre com aumentos constantes de impostos e níveis alarmantes de pobreza, sendo esse um dos fatores que explica o crescente número de crianças que são obrigadas a trabalhar para ajudar a família.

O trabalho infantil não é proibido pelas leis paquistanesas, que se restringe apenas em proibir que menores de 14 anos de trabalhem em indústrias ou em empregos perigosos. As leis também não regulamentam o trabalho no setor informal, que é onde se encontra a maioria das crianças.

Apesar do Paquistão ser um dos signatários da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, a Sociedade para Proteção dos Direitos da Criança (SPARC) estima que 8 milhões de crianças sejam vítimas do trabalho infantil no país (2004). Entretanto, as autoridades da capital, Islamabad, reconhecem que esse número seja de apenas 3,6 milhões. De acordo com Tracey Wagner Rizvi, porta-voz da SPARC, das 50 milhões de crianças em idade escolar, apenas metade frequentam

a escola. Este índice é causa e consequência de ter tantas crianças trabalhando.

Em dezembro de 2003, Carol Bellamy, a então presidente da UNICEF, se reuniu com o primeiro ministro paquistanês, Shaukat Aziz. Desta reunião, saiu o compromisso das autoridades paquistanesas de destinar mais recursos para gastos sociais e para educação.

3. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO EURASIÁTICO

TURQUIA

No país, o trabalho infantil é um grande problema, tendo em vista que, em 2012, aproximadamente um milhão de crianças entre 6 e 17 anos se encontravam trabalhando. A maioria delas se encontra na indústria têxtil ou de calçados, havendo também uma grande quantidade trabalhando sazonalmente na agricultura e nas ruas.

Apesar de não haver leis específicas que protegem crianças trabalhando no setor agrícola, em 2016, a Turquia avançou nos esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. Em cooperação com a OIT, o governo continuou a implantação de um projeto que provê assistência a mais de 1000

jovens que trabalham na produção comercial de avelã. O programa adotou a melhoria do fornecimento de educação para crianças de famílias de trabalhadores agrícolas.

Outro fator preocupante é o grande número de crianças refugiadas no país. Fugindo da guerra na Síria e seguindo para a Turquia, esses jovens acabam como vítimas do trabalho infantil, especialmente na cidade de Gaziantep, que se localiza perto da fronteira com a Síria. Lá as crianças são empregadas cortando tecidos e servindo chá. A agência de notícias Reuters flagrou inúmeros casos de menores trabalhando em confecções em cidades do país; crianças e adolescentes que trabalham mais de 15 horas por dia, seis dias por semana, ainda que a legislação turca proíba o trabalho de jovens com menos de 15 anos e proíba o trabalho perigoso de jovens com menos de 18 anos.

RÚSSIA

O Código de Trabalho russo exige uma idade mínima de 16 anos para ser apto ao trabalho. Mas, aos 15 anos, aqueles que completaram educação primária podem exercer atividades laborais e aos 14 anos aqueles que tiverem a aprovação do

responsável também, desde que o trabalho não interfira na saúde e no bem-estar da criança.

Segundo o relatório de 2012 “*Findings on the Worst Forms of Child Labor*”, as crianças na Rússia se encontram nas piores formas de trabalho infantil, incluindo trabalhos informais na rua e em comércio de exploração sexual. Devido a sua enorme extensão territorial, as barreiras culturais e linguísticas dificultam a assistência social para famílias imigrantes e isso faz com que as autoridades regionais neguem acesso escolar às crianças não registradas. A dificuldade do acesso à educação por parte desse grupo é um fator que contribui para a inclusão das crianças nas piores formas de trabalho. Além disso, há registros de crianças encontradas trabalhando no setor agrícola usando ferramentas perigosas e carregando cargas pesadas.

O governo da Rússia não conta com programas específicos para o combate às piores formas de trabalho infantil. No entanto, há um programa iniciado em 2008 que visa dar suporte a crianças que estejam em circunstâncias de vida difíceis. Essa assistência inclui centros psicológicos, serviços de reabilitação social e física, além de educação pública.

4. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO EUROPEU

ALEMANHA

A Alemanha foi um dos principais expoentes do trabalho infantil, uma vez que foi localizado no país uma das maiores concentrações de indústrias na época da revolução industrial. Em razão disso, era grande a quantidade de mão de obra necessitada e, para suprir tal necessidade, muitas crianças foram utilizadas para o manuseio das atividades fabris. Para sanar esse problema, foram criadas, no período entre 1835 e 1839, leis para proteção dos jovens, limitando o trabalho de crianças e adolescentes que tivessem entre 9 e 16 anos de idade para dez horas diárias. A ela se adicionou o requisito de saber ler e escrever – uma inovação que foi descumprida devido às falhas na fiscalização.

Atualmente, de acordo com a legislação alemã, crianças com idade inferior a 13 anos não podem trabalhar como atores em filmes ou na TV sem uma autorização especial e as mais velhas não podem trabalhar mais de duas horas por dia na cidade e mais de três horas no setor agrícola. Também é vetado qualquer forma de trabalho depois das 18 horas ou durante o horário escolar. O número de dias por semana também é restrito, não podendo

passar de cinco. Nas férias, no entanto, é permitido que as crianças trabalhem durante quatro semanas por ano.

Apesar disso, especialistas afirmam que a lei é muito branda, pois as crianças podem ter problemas de saúde por conta de trabalhos pesados ou podem acabar negligenciando as atividades escolares.

No mais, cerca de 700 mil crianças trabalham depois do horário escolar na Alemanha, de acordo com estimativas da Liga Alemã de Proteção à Infância. Outros dados apontam que mais de 30% das crianças fazem algum tipo de bico; sendo este trabalho mais presente em crianças que o exercem para ganhar um dinheiro extra para consumos pessoais.

ESPAÑA

A Espanha não mede esforços para reduzir a quantidade de trabalho infantil existente no país; desde 2013, quando o Plano Nacional da Infância foi aprovado, o Governo espanhol pede às empresas multinacionais espanholas que não empreguem mão-de-obra infantil em países onde a prática é comum.

Tal plano também incluiu 125 medidas com o intuito de impulsionar a sensibilidade social sobre os direitos das crianças e respeitar o Pacto Mundial das Nações Unidas.

É importante salientar que, na Espanha, o trabalho infantil é caracterizado por todo aquele desenvolvido por menores de 16 anos³; sendo esta a idade mínima legal de admissão ao emprego, que também coincide com a idade de escolaridade obrigatória. Ademais, é proibido que menores de 18 anos trabalhem em empregos noturnos, de tempo integral ou em setores considerados perigosos.

O Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais destaca a urgência de impor essa lei em grandes indústrias e no setor terciário. Entretanto, ela é mais difícil de ser imposta em pequenas fazendas e em negócios familiares, onde ainda persiste o trabalho infantil.

FRANÇA

Já no ano de 1874, uma lei nacional fixou a jornada de trabalho infantil em doze horas para os menores de 16 anos e em seis horas para as crianças entre 10 e 12 anos. Além disso, as crianças admitidas para trabalhos em fábricas tinham que ter mais de 12 anos e para trabalhos noturnos mais de 16 anos.

³ Spain Country Reports on Human Rights Practices Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor. 2002

Mas, foi só em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, durante a Conferência de Paz em Paris, que houve a elaboração de uma proposta para uma legislação internacional do trabalho. Assim, a comissão criou uma Carta do Trabalho que continha princípios orientadores para a política trabalhista internacional e, entre eles, estava a abolição do trabalho infantil. Todas essas orientações serviram como base para a futura origem da OIT, no Tratado de Versalhes.

A França, em particular, possui uma política de extinção desse tipo de trabalho, uma vez que investe fortemente na educação de seus jovens. Recentemente, o atual presidente francês, Emmanuel Macron estabeleceu que irá reduzir para 3 anos a idade de escolarização obrigatória, o que fará que a porcentagem de crianças dentro da escola aumente gerando, consequentemente uma possível queda de eventuais taxas de trabalho infantil.

PORTUGAL

Os dados atuais acerca do trabalho infantil em Portugal são considerados os menores dentre os anos anteriores. Alguns fatores que contribuíram para a rápida redução dos números de casos foram: a necessidade que o país tinha de ser visto como uma

nação moderna europeia, a mudança nas necessidades da estrutura econômica do país que demandava mais força de trabalho qualificada, mudanças nas legislações educacionais e laborais e as inspeções de trabalho.

O país ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e alocou recursos consideráveis para garantir a educação, saúde e bem-estar dos jovens, mas os números ligados à mendicância, à prostituição e ao tráfico ainda são alarmantes. Enquanto a lei nacional proíbe o trabalho infantil, crianças menores de 16 anos são facilmente encontradas em comunidades mais afastadas exercendo mendicância. Como reflexo da crise econômica que assolou o país, muitas crianças largaram os estudos para trabalhar e ajudar suas famílias; sendo as de comunidades ao norte do país mais afetadas do que as do sul. Elas são frequentemente empregadas em manufatura de sapatos, ganhando menos de um euro por hora.

REINO UNIDO

O Estado ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em 1991, garantindo a todas as crianças mais de quarenta direitos específicos. Estes incluem, entre outros, o

direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento. Além disso, houve também a adoção de uma iniciativa visando tornar a Convenção dos Direitos das Crianças parte da legislação da Nação.

Apesar da idade mínima para trabalhar em tempo parcial no Reino Unido ser de 13 anos (desde que seja em “trabalhos leves”, ou seja, os não susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde e educação), em 2001 cerca de 500 mil crianças em idade escolar se encontravam trabalhando ilegalmente no país, segundo um estudo da organização sindical Trade Union Congress. Já no período de 2004 a 2009 esse número sofreu uma redução de 39%.

Quanto a dados específicos da Inglaterra, ainda que não haja números consideráveis de crianças inglesas exercendo trabalho infantil, esse país é visto como o destino de inúmeros jovens traficados para prostituição, trabalhos domésticos e agricultura.

5. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO SUL-AMERICANO

ARGENTINA

11% das crianças entre 5 e 14 anos trabalham na Argentina⁴. Tais dados alarmantes se estendem a grande

⁴ UNESCO Institute for Statistics, 2014.

quantidade de trabalhadores rurais e a presença de trabalhos listados como as piores formas de trabalho infantil: o trabalho forçado na confecção de roupas e o comércio sexual de crianças no norte da Argentina.

O problema do trabalho infantil está em consonância com desafios na educação pública, 60% dos alunos de escolas primárias e secundárias no país largam as escolas. A dificuldade de aprendizagem e falta condições para se manter indo à escola causam uma grande evasão que resulta em mais crianças trabalhando.

Em 2016, o país se comprometeu na erradicação das piores formas de trabalho infantil, ratificando a Convenção nº 182 da OIT. A Argentina também aderiu a idade mínima para o trabalho, estabelecida em outra Convenção, a de nº 138, bem como a idade mínima para execução de trabalhos insalubres de 18 anos, ato proposto no Protocolo 24 da OIT de 2014. No ano seguinte o país, juntamente com a ONU, através do seu plano estratégico de cooperação, desenvolveu propostas para a IV Conferência Global para Erradicação Sustentável do Trabalho Infantil. Entre outras estratégias de combate do trabalho infantil estão o desenvolvimento de pesquisas e criação de leis que fiscalizem o tráfico humano e as questões trabalhistas.

BOLÍVIA

A Bolívia é um país reconhecido pelas más práticas quanto ao trabalho infantil. A nação legalizou o trabalho infantil a partir dos 10 anos⁵, contanto que o próprio menor o solicite. Tal ato deixou o país malvisto pela comunidade internacional. Como grande parte dos países latino-americanos, a Bolívia sofre dos males das nações em desenvolvimento, grandes níveis de pobreza e de trabalhos rurais, problemas na educação e uma regulação com brechas que acaba permitindo a exploração dos trabalhadores.

Diversas das consideradas piores formas de trabalho infantil estabelecidas pela ONU são encontradas no país, grande parte através do trabalho forçado em plantações de cana e em minas, da exploração sexual de menores e uso de crianças no tráfico de drogas.

Entre as ações de combate ao trabalho infantil estão acordos internacionais com a Argentina e com o Brasil e Peru para investigar e eliminar o tráfico de pessoas, que, muitas vezes são crianças, vítimas de comércio sexual. Quanto a educação, a Bolívia possui programas sociais de transferência de renda

⁵ UNESCO. In Education for all Global Monitoring Report. Paris; 2011

condicionada a matrícula em escola primária e de proteção dos direitos das crianças, apoiando famílias e incentivando à escolarização como também parcerias com a OIT e UNICEF no incentivo de indústrias reconhecidas pelo padrão de qualidade e cumprimento das normas quanto ao trabalho infantil.

BRASIL

Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) o Brasil não conseguiu cumprir sua meta de erradicar o trabalho infantil até 2016. O problema atinge 2,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos no país, através de trabalhos agrícolas em colheitas, na produção de calçados e cerâmica como também em algumas das consideradas piores formas de trabalho infantil que são o trabalho forçado na produção de carvão e de roupas e o turismo sexual de crianças nas zonas costeiras.

Em 2016 também muitas escolas fecharam nas regiões rurais do país, fazendo com que crianças tivessem que atravessar longas distâncias para ter acesso à educação e aumentando, desta forma, a probabilidade de evasão escolar, número que chega a 1,6 milhões apenas entre jovens de 14 a 17 anos.

Contudo, o país também apresentou avanços consideráveis em 2016 para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Governo aprovou uma nova lei anti-tráfico de pessoas, que criminaliza o comércio de crianças para trabalho e exploração sexual até de adotar um pacto federal de erradicação do trabalho forçado. Ademais, cerca de 950 investigações cibernéticas foram feitas quanto a exploração sexual de crianças para fins comerciais.

COLÔMBIA

Na Colômbia, trabalho infantil é um problema de alta relevância. Crianças trabalham na agricultura, na mineração de carvão, como vendedores ambulantes e até mesmo sendo recrutadas por milícias e pelo crime organizado. A situação é ainda mais séria para crianças indígenas ou afro-colombianas, grupos historicamente marginalizados. Nos últimos anos, no entanto, o problema tem sido atenuado.

Várias políticas foram adotadas para reduzir esse problema, algumas em cooperação com a OIT e outros organismos internacionais como a UNICEF. Elas incluem políticas de conscientização sobre o problema, esforços conjuntos com o setor industrial, e até o acordo de paz com as FARC. Um

programa de redistribuição de renda também condiciona a transferência à matrícula das crianças na escola.

PARAGUAI

Tentativas de erradicação do trabalho infantil têm sido efetuadas no Paraguai, contudo, vencer as mazelas sociais advindas da pobreza ainda é um grande desafio para o país. Cerca 15% das crianças no Paraguai trabalham para ajudar na renda familiar em atividades árduas tanto na área rural, na pecuária e agricultura, por exemplo, como em áreas urbanas, trabalhando nas ruas por pagamentos insuficientes ou em cuidados domésticos.

Algumas das piores formas de trabalho infantil são encontradas no país, entre elas, a produção de pornografia infantil, trabalho forçado no cuidado de boiadas, uso de crianças no tráfico de drogas e recrutamento de adolescentes para o exército, mesmo com a idade mínima para alistamento de 18 anos. A educação dessas crianças é preterida em relação a busca por mínimas condições de sobrevivência, na zona rural, a condições de acesso à educação nas aldeias indígenas é ainda mais precário, desta forma, o país tem uma das piores taxas de alfabetização da América Latina.

O Governo aprovou a Estratégia Nacional de Prevenção ao Trabalho Forçado e renovou a Estratégia Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho de Adolescentes. A OIT também desenvolveu uma ação no país denominada SCREAM (*Social Children's Right through Education, the Arts and the Media*), que promoveu uma pesquisa e trabalho com educadores e alunos paraguaios de conscientização dos direitos das crianças e da importância da educação. O país também ratificou as Convenções nº 138 e nº 182 da OIT, que versam sobre a idade mínima e piores formas de trabalho infantil, respectivamente.

VENEZUELA

A Venezuela é um país com uma taxa de trabalho infantil significativa. Em 2014, 4% das crianças de 10 a 14 anos estavam trabalhando. O governo tem proposto políticas para erradicar esse problema, incluindo alguns programas sociais para assistir crianças que já trabalham ou que estão em situação de risco. Entre eles estão os "*Centros Comunes de Protección Integral*", centros comunitários que concedem assistência social na forma de refeições, consultas médicas e incentivos para manutenção dos estudos.

Embora o governo venezuelano esteja fazendo essas e outras ações, seus problemas orçamentários limitam consideravelmente a eficácia dos programas. Assim, o país reconhece o problema nacional e internacional e acredita em soluções comunitárias, mas tem problemas com recursos para fazê-las funcionar.

6. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES: GRUPO NORTE AMERICANO

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Poucos se preocupam com o trabalho infantil em países considerados desenvolvidos, mas a verdade é que os números também são altos e merecem atenção. A legislação estadunidense permite que crianças trabalhem em atividades agrícolas a partir dos 12 anos com a permissão dos responsáveis por um número ilimitado de horas fora do período escolar. E, aos 16 anos, essas crianças lavradoras podem realizar trabalhos considerados perigosos pelo Ministério do Trabalho dos Estados Unidos. Dados do ODH estimam que, em 2010, havia cerca de 300 a 400 mil crianças e adolescentes trabalhando no setor agrícola no país. Um dos desafios para a erradicação do problema é que, segundo Reid Maki, coordenador da organização *Child Labor Coalition*

(CLC), a sociedade americana não toma conhecimento de que há explorações do trabalho infantil nas fazendas. Na Califórnia, o estado líder em produção agrícola do país, a incidência de menores de idade trabalhando é enorme, sendo 70% deles imigrantes majoritariamente mexicanos. Por consequência disso, o Programa de Educação Migrante (MEP) perdeu mais de 20 mil alunos recentemente para o trabalho precoce.

O relatório do ODH intitulado “*Tobacco’s Hidden Children: Hazardous Child Labor in US Tobacco Farming*”, denuncia as condições de trabalho de crianças – muita com apenas 12 anos – nas lavouras de tabaco nos estados da Carolina do Norte, Kentucky, Tennessee e Virgínia. A maioria delas são de origem latino-americana e possuem cidadania americana, mas ainda assim carecem de abrigo e ajuda de programas federais.

A diretora executiva do Fórum Internacional por Direito ao Trabalho (ILPF), Judy Geahart, defende que “não basta tirar as crianças dos campos, precisamos aumentar a renda e proteção social para os pais e aumentar os ganhos dos produtores agrícolas”.

MÉXICO

Segundo o Módulo de Trabalho Infantil (2013), apesar da Constituição mexicana proibir o trabalho de menores de 14 anos, 2,7% das crianças entre 6 e 11 anos trabalham. Muitas delas em campos agrícolas manejando ferramentas perigosas. As que se encontram no setor informal – vendendo produtos no semáforo, fazendo malabarismos ou pedindo esmola – somam, pelo menos, 3,6 milhões, segundo estimativas da OIT.

No artigo 22 da Lei Federal do Trabalho, é proibido usar o trabalho de maiores de 14 anos e menores de 16 que não concluíram a escolaridade obrigatória, salvo nos casos em que o trabalho e os estudos tenham compatibilidade.

A OIT, a UNICEF e o escritório da UNESCO no México denunciaram que a maioria das crianças alegaram que os motivos pelo qual trabalham são: para pagar a escola e suas próprias despesas (29%); porque a família necessita que elas realizem esse trabalho (28%); porque querem aprender uma profissão (18%); porque a família precisa de sua contribuição financeira (11%); porque não querem ir à escola (6%); e, por fim, por outras razões não citadas (8%). Em 2015, o número de crianças de 5 a 17 que não frequentava a escola chegou a 2,1 milhões.